Revista Espaço Acadêmico - Nº 119 - Abril de 2011
ANO X - ISSN 1519-6186

O dilema da Social-Democracia (3)

Rosa Luxemburgo e Lenin: concepção de partido e reformismo*

Antonio Ozaí da Silva**

Do ponto de vista marxista era inaceitável a teoria oportunista de Bernstein. No entanto, é preciso analisar porque esta prática impõe-se ao partido. Sem a avaliação dos efeitos da estratégia eleitoral, da composição social do partido e do peso do fator burocrático em seu interior, é difícil compreender este processo.

Durante o período em que o SPD esteve na ilegalidade suas condições de existência afetaram sua atuação e estrutura. O fator parlamentar progressivamente passou a ter um peso determinante. Sem dúvida, o crescimento eleitoral, sua necessária amplitude e o caráter de massas foram fatores positivos que o transformaram numa força política respeitável na sociedade alemã da época. Mas, contraditoriamente, seu crescimento eleitoral foi precisamente o que mais contribuiu para a sua burocratização e a consolidação do reformismo.

Lenin avaliava que alguns vícios e comportamentos próprios dos intelectuais eram fatores perniciosos ao partido proletário e originários do desvio oportunista. Na sua análise, o que caracteriza os intelectuais, enquanto camada social particular, é o individualismo, a inaptidão à disciplina e à organização. Esta particularidade explicaria a sua fraqueza e instabilidade e estaria intimamente ligada às condições materiais de suas vidas, aos seus interesses, muito próximos das condições de existência da pequena-burguesia.[1]

Lenin enfrentou o revisionismo com vigor e

[1] Sobre este ponto, Lenin faz uma extensa citação de Kautsky: "O proletário luta com a maior abnegação como uma parcela da massa anônima, sem pretender vantagens pessoais, glória pessoal; ele cumpre o seu dever em qualquer cargo onde seja colocado, submetendo-se voluntariamente à disciplina (...) O que sucede com o intelectual é muito diferente. Ele não luta empregando, de um modo ou de outro, a força, mas servindo-se de argumentos. As suas armas são os seus conhecimentos pessoais, as suas capacidades pessoais, as convicções pessoais. Só se pode fazer valer pelas suas qualidades pessoais. A inteira liberdade de manifestar a sua personalidade apresenta-se-lhe pois como a primeira condição de êxito no seu trabalho. Só muito dificilmente submete-se a um todo, como parte auxiliar desse todo, e submete-se-lhe por necessidade e não por inclinação pessoal. A necessidade de uma disciplina, reconhece-a apenas para a massa e não para os espíritos de elite. Ele próprio, é evidente, considera-se entre os espíritos de elite..." Apud in LENIN, 1981, p. 303-304.

procurou anular sua influência sobre a social-democracia russa. Como Rosa, ele considerava que tais doutrinas exigiam uma mudança decisiva: a transformação da social-democracia revolucionária em partido democrático de reformas sociais. Essa exigência tinha como base teórica a crítica burguesa aos fundamentos do marxismo. Essa crítica já estava presente na "cátedra universitária".

Embora concordasse que existe uma relação estreita entre os intelectuais e o oportunismo, Rosa Luxemburgo considerava insuficiente esta explicação do fenômeno. Para ela, a análise da "camada intelectual" não podia ser feita de forma abstrata, separando "os fenômenos da base histórica da qual nascem", ou seja, do "ambiente social concreto". A exaltação das qualidades "inatas" dos operários e a "desconfiança" em relação aos intelectuais não são em si mesmas expressões de uma ideologia revolucionária. Neste sentido, o reformismo deveria ser concebido muito mais como o "produto de uma base social bem determinada, isto é, do parlamentarismo burguês" (LUXEMBURGO, 1985, p. 27).[2]

Para Rosa, o crescimento eleitoral fortalecia a tendência à autonomização dos parlamentares em relação ao partido. O parlamentarismo transformava-se num "trampolim para o carreirismo" político e era por isso que muitos "ambiciosos deslocados" abrigavam-se sob a bandeira da social-democracia. (id., p. 29)

Ela considerava as particularidades do intelectual ocidental em relação ao seu congênere russo. Sem dúvida, o intelectual russo estava menos sujeito ao "canto da sereia" do parlamento burguês. Porém, as condições políticas do atraso da sociedade russa geravam outras consequências – como, por exemplo, no campo da organização. Por outro lado, ela acreditava que o movimento socialista seria capaz de defender-se dos desvios do parlamentarismo.

Sua crença na possibilidade da organização de massas social-democrata desenvolver mecanismos capazes de barrar esse processo estava relacionada com a sua concepção sobre o partido de massas. Com efeito, ela destacou-se pela ênfase na espontaneidade das massas. Em sua concepção, a capacidade revolucionária da massa tem papel prioritário na relação com o partido. Este é concebido enquanto fruto da luta de classes e não o contrário.[3]

A ênfase no elemento espontâneo e na objetividade da luta de classes não significa uma separação mecanicista entre este e a organização. O que se colocava para Rosa era a primazia das massas sobre o partido; era o papel revolucionário do partido sobre o oportunismo parlamentar que dilui a vanguarda na massa amorfa do "corpo eleitoral".

Em nenhum momento ela negou a necessidade do partido, nem muito menos o papel da vanguarda. Esta não devia esperar de braços cruzados o advento espontâneo das massas; pelo contrário, sua função é precisamente antecipar a evolução do processo revolucionário e tentar precipitá-lo.

[2] O artigo de Luxemburgo foi publicado com o Lenin sob o título *"Partido de massas ou Partido de vanguarda",*São Paulo, Nova Stela, 1985.

[3] Os marxistas, em geral, admitem esta tese, mas muitos acabam por valorizar em excesso o papel do partido e, dessa forma, secundarizam; em certos casos, até esquecem o movimento real das massas (como algo que pode ser acionado ao bel prazer das direções).

Essa concepção fundamentou a sua crítica à teoria leninista de partido. Nesta, ela identificou Lenin com as posições ultra-centralistas da social-democracia. Para ela, o ponto de vista leninista:

> "É o de um rude centralismo, cujos principais princípios consistem, por um lado, na drástica diferenciação e separação dos grupos organizados de revolucionários ativos de seu meio ambiente, quando este é desorganizado ainda que revolucionário; e, por outro lado, a estrita disciplina e a direta e decisiva intervenção da autoridade central em todas as atividades dos grupos partidários locais. (...) O comitê central aparece como o verdadeiro núcleo ativo do partido e as demais organizações como simples instrumentos executivos" (id., p. 12-13).

Luxemburgo concluiu que o "ultracentralismo" leninista era "uma transposição mecânica dos princípios blanquistas de organização dos círculos conjurados ao movimento socialista das massas operárias". Em contraposição ao "centralismo blanquista", ela propôs um "auto-centralismo", ou seja, "o reino da maioria no interior do próprio partido". (id., p. 17)

Na sua opinião, a centralização de poderes absolutos no comitê central limitava a liberdade de ação das massas, pois anulava o espírito criativo, substituindo-o pelo de "vigilante noturno":

> "Toda sua preocupação destina-se a controlar a atividade do partido e não a fecundá-la, a restringir o movimento ao invés de desenvolvê-lo, a destroçá-lo ao invés de unificá-lo" (id., p. 24).

Na visão de Luxemburgo, a centralização nos termos de Lenin representava enorme perigo de burocratização do partido. Para ela, a garantia mais eficaz contra a burocracia era a "atividade revolucionária autônoma do proletariado, graças à qual adquire o sentido de suas próprias responsabilidades políticas". Profeticamente, afirmou que "isso que hoje é um fantasma que obceca a imaginação de Lenin, poderá amanhã, converter-se em realidade" (id., p. 33).

Por fim, Rosa contrapunha o "eu coletivo da classe operária, que reclama o direito de cometer ela mesma os equívocos e de aprender por si a dialética da história", ao comitê central "onisciente e onipotente". O papel do dirigente cabia ao "eu coletivo" e não ao comitê central. A espontaneidade assumia aqui uma função preponderante. "Os erros cometidos por um verdadeiro movimento revolucionário são, historicamente, de uma fecundidade e de um valor incomparavelmente maiores que a infalibilidade do melhor dos Comitês Centrais", escreveu Rosa (id., p. 39-40).[4]

Lenin afirmou que Rosa partia de uma posição equivocada ao colocá-lo como defensor de "um sistema de organização contra qualquer outro", quando, na realidade, sua defesa seria "de princípios elementares de qualquer organização de partido que se possa imaginar" (id., p. 41-42).

Prosseguindo, ele retomou várias argumentações de Luxemburgo e as discutiu detalhadamente: argumentou que ela "limita-se a repetir umas

[4] Também Trotsky, em 1904, afirmou que a concepção leninista de partido só poderia levar a uma situação em que a "organização do partido (sua liderança) coloca-se a princípio no lugar do partido como um todo; em seguida, o Comitê Central coloca-se no lugar da liderança; finalmente, um único "ditador" coloca-se no lugar do Comitê Central". C.f. in Deutscher, 1984: p. 102.

quantas frases vagas, sem dar-se ao trabalho de examinar seu sentido correto" e que Rosa estaria atribuindo-lhe "uma série de lugares comuns, princípios e reflexões geralmente conhecidos e verdades absolutas, procurando silenciar as verdades relativas, baseadas em fatos rigorosamente determinados". Acusou-a de ignorar os fatos concretos da luta do partido e de ocupar-se "nobremente" com "declarações sobre problemas que não é possível julgar seriamente" (id., p. 46-47).

Rosa Luxemburgo reafirmou a importância e o papel da vanguarda paralelamente à crítica ao vanguardismo. Sua ênfase recai sobre a atividade criativa das massas no processo de formação da consciência de classe. Sem a ação consciente das massas a própria possibilidade do socialismo torna-se nula. Na sua teoria, a massa é, simultaneamente, sujeito e objeto da história, paciente e agente da ação.

Por outro lado, ela condenou o "partido de massas" burocratizado e permeado pela política oportunista que prioriza a luta eleitoral. No interior do partido alemão lutou contra o burocrata e o reformismo; na crítica a Lenin, combateu tudo o que, em nome da necessidade da vanguarda, secundariza o movimento de massas, tudo o que significa ditadura do comitê central ou do secretário geral.

Para Rosa Luxemburgo, massa e vanguarda são elementos intrínsecos. Na véspera do seu assassinato, em 14 de janeiro de 1919, ela publicou um artigo no qual aparecia com maestria a sua forma de conceber a necessidade da direção e, ao mesmo tempo, sua crença inesgotável nas massas:

> "A direção fracassou. Mas deve e pode criar-se uma nova direção, por e a partir das próprias massas. As massas constituem o elemento decisivo, a rocha sobre a qual se formará a vitória final da revolução". [5]

Na polêmica com Lenin, a ênfase na espontaneidade das massas levou-a a superestimar a capacidade da organização social-democrata em evitar sua própria degeneração. Ao contrário do que acreditava Luxemburgo, essa forma de organização longe de dispor de "meios e influências" eficientes contra o desvio oportunista, o fortaleceu.

Por outro lado, ela acertou quando profetizou que o triunfo do reformismo só seria possível com a destruição da organização do proletariado e pela submissão da "elite ativa e consciente do proletariado (a vanguarda) na massa amorfa do "corpo eleitoral" (LUXEMBURGO, 1985: 29).

Essa discussão não impediu a solidariedade de Luxemburgo ao partido de Lenin. Em 1905, quando a revolução explodiu na Rússia, ela entrou em contato com os bolcheviques e mencheviques e apoiou a política dos primeiros. Isto se repetiria em outros momentos da história, o que não a impediu de criticar a organização leninista e de polemizar com estes quando considerava necessário. [6]

---

[5] In: GUIMARÃES, 1988.

[6] As divergências entre eles também se deram no tocante à *questão nacional*. Lenin defendeu o direito à auto-determinação dos povos, isto é, o direito à formação dos estado nacionais por estes. Para ela, a defesa deste direito significava defender o domínio burguês no âmbito da nação; era, portanto, uma palavra de ordem burguesa. Ambos eram internacionalistas. Porém, para Lenin o internacionalismo não devia ser imposto, sob pena de obter o resultado inverso – de perder o apoio do proletariado das nações oprimidas. A ação de Stalin, quando da constituição da ex-URSS, daria razão aos argumentos de Lenin. Outra divergência entre

Em 1907, ao participar do Congresso de unificação do POSDR, realizado em Londres, ela pronunciou abertamente seu apoio aos bolcheviques, o que não significava abrir mão da crítica.

As divergências entre Lenin-Rosa também não impediram a atuação conjunta na ala esquerda da II Internacional. E, quando esta implodiu e muitos procuraram opor um ao outro, Lenin defendeu Luxemburgo com ardor.[7]

Nada mais falso do que transformá-la numa adversária sistemática de Lenin. Em certas circunstâncias ela criticou-o, em várias outras, defendeu-o.

O que os distinguiu na questão do partido foi a interpretação diferenciada sobre a consciência de classe. Isto é explicável pelas respectivas realidades históricas em que atuavam: enquanto na Alemanha havia um capitalismo desenvolvido, com um proletariado abundante e organizado no partido e nos sindicatos; na Rússia o proletariado ainda engatinhava, era pouco numeroso e não estava organizado em grandes sindicatos ou num partido com forte influência na sociedade. Para estes, a questão da organização colocava-se como uma necessidade premente a ser realizada na clandestinidade.

Enquanto que, para Lenin, a consciência de classe é exterior a esta; para Rosa, era o próprio movimento da classe operária que forjava a consciência. Ela resgata a concepção marxiana de partido e do socialismo como movimento autônomo, no qual as massas forjam a consciência revolucionária.

Partido, Sindicato e Greve de Massas

A Revolução Russa de 1905 provocou o debate sobre a greve de massas. Os sindicatos e os reformistas resistiram à possibilidade do proletariado alemão desencadear uma greve geral de caráter político. Mais uma vez, apegavam-se à legalidade e à luta estritamente economicista, temiam a radicalidade do movimento. No congresso sindical, realizado logo após o congresso partidário de maio deste ano, a proposta da greve de massas foi recusada.

A influência dos sindicalistas pode ser visualizada pela resolução aprovada pelo partido: esta, apesar de teoricamente assumir a greve de massas, restringia a sua adoção à eventualidade de um golpe conservador. De fato, a resolução, proposta por Bebel, tinha um caráter conciliatório. Em setembro, tomado pelo entusiasmo dos acontecimentos na Rússia, o partido acabou por adotá-la como meio de luta.

No curso de 1905-1906, a relação entre os sindicatos e o partido tornou-se cada vez mais tensa. Após a derrota da Revolução Russa foi realizado um acordo pelo qual a direção partidária aceitou submeter aos sindicatos qualquer decisão sobre uma possível greve geral. O Congresso Social-Democrata de setembro de 1906 sancionou esta posição. Assim, a

eles diz respeito à *questão agrária:* Rosa era contra a propriedade privada do camponês; Lenin, pelas circunstâncias em que ocorreu a Revolução Russa, apoiou a reforma agrária.

[7] Em *Notas de um publicista*, Lenin afirmou: "É possível que as águias voem mais baixo do que as galinhas, mas uma galinha jamais pode alçar vôo como uma águia. Rosa Luxemburgo equivocou-se a respeito da independência da Polônia; equivocou-se em sua análise do menchevismo em 1903; equivocou-se em sua teoria da acumulação do capital; equivocou-se em junho de 1914, quando, junto com Plekánov, Vanderveld, Kautsky e outros, defendeu a unidade entre os bolcheviques e mencheviques; equivocou-se no que escreveu na prisão em 1918 (corrigiu a maioria desses erros no final de 1918 e início de 1919 quando voltou à liberdade). Mas, apesar de seus erros, foi – e para nós continua sendo- uma águia". In: GUIMARÃES, 1988, p. 78-79.

unidade entre o partido e os sindicatos foi reconquistada.[8]

Mas agora, a influência dos sindicalistas sobre o partido era cada vez maior. Seu poder foi consolidado com a ascensão de Ebert à presidência do partido e de uma geração de homens de origem operária. Estes – Phillip Scheidmann, Karl Severing, Gustav Noske –, apesar da origem operária já trabalhavam no aparato do partido há vários anos; não eram ideólogos do socialismo, mas administradores e políticos voltados para as questões imediatas.

Autodefinindo-se como realista, esta geração preocupava-se preferencialmente com a eficácia da máquina partidária. Com efeito, a massa sindical mostrava-se mais propícia às reformas e satisfazia-se com as melhorias das condições materiais e da segurança social. O seu horizonte não ia além do pragmatismo. De fato, a burocracia sindical reformista realizava uma ruptura radical com o marxismo e os objetivos revolucionários, diante do qual o revisionismo de Bernstein não passava de uma expressão limitada.

Nesta polêmica, os sindicatos defenderam a teoria da "igualdade de direitos" com o partido e uma "ação paralela" entre ambos. Eles separavam a luta econômica da luta política – essencialmente, a luta parlamentar. A primeira, caberia aos sindicatos; a segunda, ao partido (LUXEMBURGO, 1979, p. 69).[9]

Rosa Luxemburgo, que se destacou como a mais intransigente defensora da greve de massas, criticou a tese sindical. Para ela, "não existem duas espécies de luta operária", mas apenas uma. Esta tem o objetivo simultâneo de "limitar os efeitos da exploração capitalista e suprimir ao mesmo tempo esta exploração e a sociedade burguesa". Rosa admite que no período parlamentar estes dois aspectos da luta se distinguem, mas isso "por razões técnicas". Mesmo assim, não "representam duas ações paralelas, mas tão-somente duas fases, dois graus da luta pela emancipação da classe operária" (id.).

Na concepção de Luxemburgo, o sindicato não pode sobrepor-se ao partido. Ele representa o interesse corporativo de grupos particulares e a social-democracia a totalidade da classe. O movimento sindical é, portanto, parte dessa totalidade e deve subordinar-se.[10]

A teoria sindicalista tem raízes históricas, as quais

> "baseiam-se numa ilusão nascida no período calmo e "normal" da sociedade burguesa em que a luta política da social-democracia parece limitar-se à luta parlamentar" (id., p.70).

Para Luxemburgo, a luta parlamentar que complementa a luta sindical é,

[8] Como observa GUIMARÃES (1990, p. 69-70), a moção apresentada por Bebel reconhecia a paridade de poderes entre os sindicatos e partidos e, paradoxalmente, considerava que a decisão aprovada no congresso partidário não estava em contradição com o congresso sindical, ambos realizados no ano anterior. Institucionaliza-se a dinâmica parlamentar do partido e o corporativismo dos sindicatos. "Era nítido o sentido de acomodação ao poder sindical da proposta majoritária no Congresso do partido", afirma Guimarães.

[9] Segundo Loureiro, esta obra marca o início da ruptura de Luxemburgo com a direção social democrata alemã, a qual enfatizava a tática parlamentar, embora no plano do discurso continuasse apegada à ortodoxia revolucionária. (Ver: LOUREIRO, 1995, p. 36).

[10] Kautsky também defendeu a supremacia do partido em termos da estratégia geral para o movimento operário.

como esta última, uma luta de caráter burguês:

> "Ela é por natureza um trabalho de reforma política como a luta sindical é um trabalho de reforma econômica. Ela representa um trabalho político no dia-a-dia, como os sindicatos cumprem um trabalho econômico diariamente" (id.).

A concepção sindicalista foi acompanhada de modificações nas relações entre dirigentes e dirigidos. Se antes os sindicatos eram controlados por uma direção colegiada, constituída por comitês locais, agora, cria-se uma direção profissional de funcionários. No partido, foi criada uma rede de secretários regionais e locais, indicados e pagos pela executiva nacional, também funcionários (o que facilita o controle do aparelho partidário pela direção central).

Luxemburgo acreditava que o fenômeno burocrático era mais acentuado nos sindicatos. Apesar de identificá-lo também no partido, ela ainda o via como algo controlável:

> "Na social-democracia, pela própria natureza das coisas e pela característica da luta política, o burocratismo está necessariamente encerrado em limites mais estreitos que na vida sindical" (id., p.76).

Nestes anos, formou-se a ala esquerda no interior do SPD (liderada por Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht, Clara Zetkin, Pannekoek e Franz Mehring). Além da direita revisionista, havia o "centro marxista", do qual Kautsky é o representante mais autorizado e seu principal teórico. Sob o aspecto organizativo e político, o "centro" era representado pelo aparelho e pelos líderes sindicais.

Embora heterogêneo, sua capacidade de adaptação ao reformismo e ao revisionismo, sem abrir mão do discurso revolucionário, garantiu-lhe condições para neutralizar as oposições que surgissem.

Diante da iminência da guerra, o antimilitarismo tornar-se-ia o centro das divergências. Já em 1907, diante da derrota eleitoral e da vitória da reação na Rússia, surgiram no interior do partido vozes favoráveis ao militarismo, à defesa da nação. Em abril, num discurso no parlamento, o deputado socialista Noske declarou que a social-democracia não se oporia à eficiência do exército e que, em caso de agressão, se colocaria entre os primeiros na defesa do país.

Esta posição encontrou eco no partido, principalmente entre os chamados "práticos". Estes defendiam que o SPD deveria rechaçar a todo custo a imagem de "anti-nacional". Tratava-se de romper o isolamento que os adversários procuravam impor. Com o mesmo argumento, os sindicalistas e reformistas exigiam a adoção de uma tática gradualista e cautelosa.

A ala esquerda defendia a posição antimilitarista. Em 1907, Liebknecht defendia a propaganda socialista contra o militarismo, inclusive nas Forças Armadas. Esta postura lhe custou 18 meses de cadeia e o repúdio da maioria partidária.

Em 1910, enquanto a situação internacional tornava-se cada vez mais tensa, a social-democracia alemã experimentou um novo ascenso do movimento de massas – que atingiu maior radicalidade na Prússia, onde o governo recusou-se a adotar qualquer modificação no sistema eleitoral. Para a ala esquerda, este deveria ser o momento de mudar a correlação de forças através das lutas extra-parlamentares, em especial, a greve de

massas. A polêmica dos anos anteriores voltou à tona.

Rosa Luxemburgo criticou Kautsky, a maioria da direção do partido e dos sindicatos, por suas vacilações e acusou-os de terem imobilizado o movimento de massas. Ela exigiu o debate público sobre a greve de massas. Seu objetivo era despertar nas massas "a alegria de lutar", apelar para o seu "idealismo" e "mostrar-lhe novos horizontes". Era, enfim, "sacudir" o proletariado indiferente, esclarecê-lo e fazê-lo avançar (apud LOUREIRO, 1995, P.109).

A conquista do sufrágio universal e a luta contra o crescente militarismo, exigiam ir além da tática da direção que se resumia à convocação de manifestações.

Minoritária e isolada diante da política de equilíbrio do centro, a esquerda viu nesta polêmica uma possibilidade de dirigir-se às massas. Seus espaços tinham sido ainda mais restringidos com a impossibilidade de publicar seus artigos nos principais órgãos do partido (como na *Neue Zeit* e no *Vorwarts*, controladas pelos dirigentes). Sem influência na imprensa partidária restavam-lhe os pequenos jornais nas províncias e a constante agitação nas bases.

Contra Luxemburgo, Kautsky argumentou que o Estado alemão, em comparação com o russo, era mais forte e, portanto, o proletariado deveria estabelecer uma estratégia de desgaste e não de confronto. Em sua opinião, primeiro era preciso enfraquecer o inimigo, acumular forças e, só depois, aniquilá-lo. Segundo ele, a estratégia de Luxemburgo invertia as coisas: começava pelo fim.

Kautsky retomava a política que a social-democracia, nas suas palavras, "aceitou desde suas origens e desenvolveu até a perfeição". Segundo ele, era necessário manter a linha política, o que significava reafirmar a condenação oficial ao reformismo e contra a crescente rebeldia "impaciente" da extrema esquerda (idem, p.65-66).

A pressão do "centro" foi suficiente para impor a derrota à esquerda, cuja proposta, apresentada por Rosa foi modificada e, assim, aceita pelo Congresso de Magdenburg de 1910. Kautsky, que se orgulhava de ter sido o "primeiro marxista na Alemanha" a reconhecer a possibilidade do uso da greve de massas para objetivos políticos, salientava "que até que não se modifiquem as relações existentes", esta não era possível (idem, p.67).

O partido optou pela legalidade, pela prudência, pelo contínuo acúmulo de forças. Sua direção e a cúpula sindical achavam que este era o caminho mais seguro para evitar o retrocesso e um possível golpe das classes dominantes.

Rosa Luxemburgo, inspirada na Revolução Russa de 1905, não via outra saída senão a luta de massas extra-parlamentar, o enfrentamento direto do inimigo. O acúmulo de forças parecia-lhe algo interminável, próprio da burocracia. Para ela, a "estratégia do desgaste" nada mais era do que a velha prática social-democrata.

As desavenças entre Kautsky e Rosa datavam de anos anteriores. Já em 1901-1902, eles polemizam nas páginas da *Neue Zeit* em torno da greve geral na Bélgica pelo sufrágio universal. Logo após a publicação de *"O Caminho do Poder"* ela rompeu com a *Neue Zeit*, dirigida por Kautsky, por este negar-se a publicar seu artigo, o qual, contestava seu livro (aliás, o artigo já havia sido recusado pelo *Vorwarts*). Agora, Kautsky se recusava a publicar um

artigo crítico à direção, elaborado por ela. Ao mesmo tempo, ao justificar a recusa, ele publicava em "sua" revista vários artigos contra a esquerda e contra Rosa Luxemburgo em particular. Em 1910, ela rompeu definitivamente. Dois anos depois, seria a vez de Franz Mehring romper publicamente com Kautsky.

Com efeito, Luxemburgo foi mais perspicaz que Lenin ao detectar as contradições entre a "ortodoxia" kautskiana e a prática, próxima às teses bernsteinianas. Lenin só romperia com Kautsky, e de forma dolorosa, quando a social-democracia alemã capitulou diante da burguesia e do social-imperialismo.

O debate sobre a greve de massas levou muitos críticos a caracterizar a teoria de Luxemburgo enquanto "espontaneísmo" anarquista que subestima a necessidade do partido revolucionário e resulta no objetivismo histórico. De fato, ao enfatizar a ação das massas em relação ao partido – consolidando as formulações de 1904 –, Rosa Luxemburgo forneceu munição às críticas deste tipo.

Porém, como nos mostra LOUREIRO (1995, p. 43), mesmo em sua obra Greve de massas, "considerada a Bíblia do espontaneísmo, o partido, embora não tenha por função desencadear a ação revolucionária", tem uma função de vanguarda a cumprir. Esta, nunca deve ficar "aquém do nível das relações de forças reais". Como "a vanguarda mais esclarecida e mais consciente do proletariado", o partido precipita e apressa o curso dos acontecimentos,

> "explicando às largas camadas do proletariado a vinda inevitável do período revolucionário, os fatores que, no interior da sociedade, a suscitam e suas consequências políticas".

Referências

DEUTSCHER, Isaac. **Trotsky: O Profeta Armado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GUIMARÃES, Juarez R. **Claro Enigma: O PT e a Tradição Socialista.** (novembro-1990) Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas-SP, mimeo.

GUIMARÃES, Juarez. (Org.) **Rosa, A Vermelha**. São Paulo, Buscavida, 1988.

LENIN, V. I. **Um Passo Em Frente, Dois Passos Atrás**. O.E., Tomo I. Lisboa, Edições Avante, 1981, pp. 303-304.

LENIN, V. I.; LUXEMBURGO, Rosa. **Partido de Massas ou Partido de Vanguarda.** São Paulo, Nova Stela, 1985.

LOUREIRO, Isabel Maria. **Rosa Luxemburg: os dilemas da ação revolucionária.** São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

LUXEMBURGO, Rosa. **Greve de Massas, Partido e Sindicato.** São Paulo, Kairós, 1979.

* Publicado em **Partido de massas e Partido de quadros: a Social-Democracia e o PT**, p. 86-102 (São Paulo: CPV, 1996).

** **ANTONIO OZAÍ DA SILVA** é professor do Departamento de Ciências Sociais (UEM) e autor de **História das Tendências no Brasil (Origens, cisões e propostas)** (São Paulo: Proposta Editorial, 1987) e **Partido de massas e partido de quadros: a Social-Democracia e o PT** (São Paulo: CPV, 1996). Blog: http://antoniozai.wordpress.com; Email: aosilva@uem.br